

## **O COLÉGIO PEDRO II NÃO ERA AQUI: O OLHAR IMPERIAL E OUTRAS FALAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO E A DOCÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860**

*Regina Helena Silva Simões\**

*Rosianny Campos Berto\*\**

*Tatiana Borel\*\*\**

**Resumo:** Investiga o exercício da docência na província do Espírito Santo, nas décadas de 1850 e 1860, buscando compreender processos de escolarização e da docência durante a vigência dos regulamentos da instrução pública datados de 1848 e 1862. Parte das críticas aos professores e ao ensino ministrado em escolas visitadas na província capixaba registradas por Pedro II em seu diário de viagem ao Espírito Santo, entre 26 de janeiro e 9 de fevereiro de 1860. Toma como aporte teórico-metodológico e pensamento de Marc Bloch e Carlo Ginzburg, utilizando como fontes regulamentos do ensino, relatórios da instrução pública e mensagens presidenciais, cotejadas com a visão expressa no diário imperial acerca do ensino em escolas capixabas. Destaca o descompasso existente entre as demandas do magistério, as críticas ao professorado e aos alunos capixabas, presentes tanto no diário imperial como em discursos de autoridades locais e as precárias e complexas condições oferecidas ao exercício do trabalho docente na província.

**Palavras-chave:** Docência; Escolarização; História da educação no Espírito Santo.

**Abstract:** The work investigates the practice of teaching in the Espírito Santo province, in the decades of 1850 and 1860, in the attempt of understanding schooling processes and the Teachers' practices during the terms of the Regulations of the First Letter Schools in 1848, and the Public Instruction regulation from 1862, as compared to the criticism related to Teachers and teaching in the schools of the Espírito Santo province registered by Pedro II in his travel book to the State, between 26<sup>th</sup> of January and 9<sup>th</sup> of February 1860. It adopts as theoretical-methodological contribution Bloch (2001) and Ginzburg (2002) thoughts, based on which the following sources have been analyzed: the teaching regulations, public instruction reports and presidential messages and the imperial diary about teaching in the State schools. It stands out the existent mismatch between the mastership demands, the criticism to professoriate and the Espírito Santo students present in the imperial diary, as well as in the local authorities' speeches and the poor and complex conditions offered to the practice of the teaching work in the province.

**Keywords:** Teaching; Schooling; Espírito Santo; History of Education.

\*\*\*

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes).

\*\* Professora do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/Ufes).

\*\*\* Doutoranda em Educação do PPGE/Ufes.

## Introdução

Quando esteve na província do Espírito Santo, de 26 de janeiro a 9 de fevereiro de 1860, o imperador Pedro II registrou, em seu diário de viagem, inúmeras críticas aos professores e ao ensino ministrado nas escolas públicas visitadas. Instigadas pelas críticas emitidas pelo monarca brasileiro, investigamos o exercício da docência no contexto provincial, nas décadas de 1850 a 1860, buscando compreender processos de formação e práticas de professores no Espírito Santo entre a vigência dos regulamentos da instrução pública datados de 1848 e 1862.

Para tanto, utilizamos como fontes regulamentos do ensino, relatórios sobre a instrução pública, mensagens presidenciais, documentos do Fundo de Educação sob a guarda do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, jornais e obras historiográficas sobre o Espírito Santo, cotejando-as com a visão expressada no diário imperial.

As fontes foram analisadas a partir das seguintes questões: a) Como se configuram as críticas aos professores e ao ensino em escolas capixabas nos documentos analisados? b) Quais as diretrizes adotadas para o ensino primário na província? c) Quais as prescrições estabelecidas para o exercício do magistério no Espírito Santo nos regulamentos da instrução pública?

Sob a inspiração do pensamento de Marc Bloch (2001), Carlo Ginzburg (2002) e Walter Benjamin (1994), procuramos observar, no processo de seleção, análise e interrogação das fontes, a compreensão dos contextos da sua produção, a pluralidade no entrecruzamento dos documentos encontrados e a leitura, a contrapelo, do texto e do *hors-texte*.

## Esperando o imperador

*Nunca vi tanto pedreiro,  
Tanta brocha, tanta cal!  
Pra vinda dos imperantes,  
Caiaram-se até semblantes...  
Para que tudo fosse igual...*

Ao escrever sobre a vinda de Pedro II ao Espírito Santo, Levy Rocha (1980, p. 28-29) citou os versos acima com a seguinte observação jocosa: “[...] parece até que as Carapuças de Quinquilhas, que um poeta anônimo divulgou, posteriormente, em jornais cariocas, se ajustavam aos capixabas”.

De fato, em 1860, quando o imperador Pedro II visitou o Espírito Santo cumprindo o itinerário de quatro meses de viagem pelo território brasileiro, foi enorme o rebuliço causado em Vitória, capital da província que, “[...] embora já gozasse dos foros de cidade, não passava de um povoado cuja resistência aos hábitos e tradições coloniais entravava o progresso” (ROCHA, 1980, p. 17). Na descrição do autor,<sup>1</sup> os habitantes locais, que, na época, não

---

<sup>1</sup> Em 1960, o capixaba Levy Rocha publicou *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, como separata da R.I.H.G.B., v. 246. Trata-se de referência importante, especialmente pela cuidadosa indicação das fontes desbravadas no relato mais completo que se tem sobre a visita de Pedro II ao Espírito Santo. A obra pode ser

passavam de 5000,<sup>2</sup> “[...] viviam a maioria com o produto da pesca e avassalada pelo marasmo e a indolência” (p. 17).

Essa visão da província capixaba como lugar atrasado, letárgico e deficitário permeia discursos da época. No mesmo tom, por exemplo, o presidente da província Pedro Leão Velloso, a quem coube recepcionar o imperador, afirmava, em seu primeiro relatório de governo, ter “[...] gostado da terra em relação ao clima e à gente que não é má, mas acho-a sumamente atrasada em todos os sentidos; vive-se mal porque sobre ser a vida muito cara falham todas as vantagens de um país civilizado” (apud ROCHA, 1980, p. 21).

Na historiografia do Espírito Santo, o distanciamento expresso no discurso do presidente da província com relação à vida e à população locais encontra eco na descrição do historiador José Teixeira de Oliveira (1975, p. 346) que, ao escrever sobre a pacata cena capixaba na segunda metade do século XIX, aponta a inexpressividade e o oportunismo dos presidentes da província “[...] que vinham pescar, no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral”. O autor destaca, ainda, a pobreza e o isolamento político como marcas da sociedade capixaba.

A longa citação a seguir sintetiza os males infundáveis que assolavam o território capixaba:

A população urbana –em constante aumento – não demonstra aspiração de progresso. [...] o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social.

[...] A gente do campo persevera nos métodos antiquados de cultura.

O café, passo a passo, conquista a liderança da economia capixaba. Não consegue, entretanto, o fastígio que obteve na província do Rio de Janeiro (p. 346).

[...] Mais pavoroso que a varíola, foi o surto de cólera que fez sua aparição na província em 1854 [...]. Já em 1855, um ofício do barão de Itapemirim falava em 1000 vítimas (p. 348-349).

[...] a província conheceu dias trágicos, inclusive porque a doença imobilizou inúmeros braços, acarretando a fome e a miséria (OLIVEIRA, 1975, p. 349).

Apesar de tudo, a província deveria receber bem o imperador. Os jornais da época anunciavam a proximidade de sua visita, falavam das mazelas locais e dos esforços para deixá-las menos visíveis. Em 22 de outubro de 1859, os preparativos já haviam começado e a imprensa noticiava: “A visita imperial continua a ser o thema de todas as conversações. Todos se preparam para que seja dignamente recebido o primeiro cidadão do paiz. A camara, até aqui de uma indolência culposa, vai dando sinais de vida” (CORREIO DA VITÓRIA, 1959, p. 2).

Tendo em vista as circunstâncias locais, como era de se esperar, os esforços para receber a comitiva imperial resultaram não só exaustivos, mas extremamente dispendiosos. Desde a reforma do

---

acessada em [http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem\\_Pedro\\_II\\_ES\\_Levy\\_Rocha.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf). No livro de José Teixeira de Oliveira, obra de referência sobre a história do Espírito Santo, a visita imperial mereceu exatas 14 linhas, indicando a leitura do livro de Rocha como “[...] obrigatória para quem desejar conhecer, em detalhes, a excursão que SS. MM. fizeram à terra capixaba” (p. 360).

<sup>2</sup> Quatro anos antes da chegada de Pedro II, em 1856, a província do Espírito Santo era habitada por 49.092 pessoas das quais 36.823 eram livres e 12.269 escravizadas. É interessante notar que, quando se trata do quesito “cores”, o mapa estatístico registra 14.311 brancos, 6.051 índios, 13.825 pardos e 2.626 pretos, totalizando 36.813. Restam, portanto, 12.279 pessoas cuja cor não se encontra registrada, mas, mesmo assim, a soma dos 22.502 índios, pardos e negros declarados, ou seja, 46% da população da província, supera facilmente o número de brancos, que representa 29% do total dos habitantes (OLIVEIRA, 1975).

palácio, que estava em péssimo estado e a cuja construção se acrescentou um espaço similar à varanda do palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, até providências básicas de urbanização, a administração provincial gastou mais do que qualquer outra nos preparativos para receber condignamente o imperador (ROCHA, 1980). Dessa forma, contrastando com as privações da vida local, às refeições os ilustres visitantes regalaram-se com um cardápio que incluía “[...] o patê de foie gras, os croquetes, champignons, gâteau de La Reine, etc” (ROCHA, 1980, p. 44).

Tendo em vista as dificuldades financeiras decorrentes da fraca produção agrícola naquele ano, também não parece ter sido pouca a energia empregada para incentivar e produzir certa “euforia” no seio de toda a população.

O *Correio da Vitória* (1959, p. 2) enaltecia, no ano anterior à visita, os esforços do presidente para conseguir receber bem os imperantes: “Como a província é pobre, tornou-se preciso recorrer a todos, para que possa fazer-se alguma coisa que preste”. Assim, criaram-se comissões para a preparação dos festejos que cercariam o visitante. Do palácio onde D. Pedro ficaria hospedado, por exemplo, cuidariam os nobres, “[...] todos fazendeiros abastados e amigos sinceros da monarquia, portanto hão de querer tornar senão brilhante, ao menos muito decente, o paço imperial”.

Apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades capixabas para causar boa impressão, ao que tudo indica, as escolas nem de longe passaram pela mesma preparação para serem submetidas ao exigente olhar imperial. No entanto, sabe-se hoje que, sempre interessado na educação e nas artes, Pedro II costumava visitar instituições acadêmicas e culturais em todas as suas viagens, despertando “[...] o pavor dos professores, porque acompanhava suas aulas e examinava os alunos” (CARVALHO, 2007, p. 227). No caso do Espírito Santo – considerando o homem metódico e disciplinado que foi – o imperador cumpriu a mesma rotina.

Nas minúcias do diário imperial, conseguimos ler a desaprovação de Pedro II que, sentado à mesa de cada professor, criticava severamente a aprendizagem dos alunos e o desempenho dos mestres. Ou seja, alguns minutos sob as luzes do olhar imperial bastavam para produzir déficits atribuídos à pouca diligência e a outros predicados pouco lisonjeiros imputados aos professores e aos alunos. Mera constatação: o colégio Pedro II não era aqui. Lido a contrapelo e no cruzamento com outras fontes, porém, o diário nos possibilita interrogar o tempo: então, o que era aqui?

### **Um olhar imperial e outras falas sobre a instrução pública no Espírito Santo no início da segunda metade do século XIX**

Se a Capital da província foi submetida a um processo geral de preparação para receber o imperador, não encontramos, por outro lado, notícias de investimentos relevantes na instrução pública, alvo das críticas do monarca brasileiro. Pelo contrário, as fontes pesquisadas parecem mais um muro de lamentações acerca dos interditos ao aperfeiçoamento do ensino oferecido localmente.

Seguindo uma linha recorrente de argumentação, lamenta-se a falta de pessoas habilitadas para o exercício do magistério, critica-se a habilidade dos professores em suas práticas docentes e, na conjunção desses dois fatores, encontram-se explicações para a má qualidade da instrução pública (ESPÍRITO SANTO, 1849, 1852).<sup>3</sup> De acordo com essa lógica, a solução para tais dificuldades exigiria tempo e dinheiro,

---

<sup>3</sup> “Relatório com que o Exmo. Sr. Fr. Antonio Pereira Pinto entregou a presidência da província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice presidente da mesma. Victoria, Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo. 1849”. Relatório que o presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852 (VICTORIA: Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1852).

[...] pois que depende de estudos que a Província não oferece, e nem podem ser procurados em outra parte pella defficiencia de meios dos seus habitantes [...]. Os pequenos ordenados dos professores, e a pouca consideração que em nosso paiz se dá a cadeira do ensino subalterno tambem impedem que se obtenhão bons mestres: o 1º inconveniente desapparecerá quando crescerem os recursos da Província, e o 2º com a sua maior civilisação (ESPÍRITO SANTO, 1852, p. 27-28).

Fato é que, no ano seguinte à visita imperial ao Espírito Santo, a remuneração docente continuava crítica. O ordenado dos professores das escolas de primeira classe perfazia 400 mil reis e, nas de segunda classe, os ganhos eram ainda mais reduzidos. Concluía-se, portanto, que “[...] não será de certo com estes ordenados que o homem intelligente e illustrado abraça a carreira e com paciência e dedicação se consagre ao ensino da infância e da mocidade” (PEREIRA JUNIOR, 1861, p. 40).

Além de ser considerada atividade de pouco prestígio, a docência achava-se duplamente desvalorizada em razão da situação social e econômica da província, cujos habitantes se ocupavam, primordialmente, de atividades agrícolas. Para essas pessoas, não parecia evidente que os seus filhos devessem ser instruídos. Como afirmava um professor de Latim, parafraseando pais de alunos: “Para plantar mandiba e ser lavrador não é preciso saber Latim, e á outros de que nada serve mandarem os seus filhos aprender o dito idioma, se depois não os podem levar á estudos maiores, nem dar-lhes outro emprego que não seja a lavoura” (ESPÍRITO SANTO, p. 31, 1852).

Nada do que foi relatado, porém, impedia que governantes locais proclamassem a instrução pública como o principal alicerce da felicidade do povo e exortassem o patriotismo da população, reivindicando “[...] o auxílio, que poderdes prestar em pró deste ramo do serviço publico, que considero de muita transcendência” (ESPÍRITO SANTO, 1850, p. 14-15).

Por outro lado, contrastando com a imensa expectativa depositada na instrução pública como fator de desenvolvimento, tônica das mensagens presidenciais, o texto citado descreve as precárias condições das escolas de primeiras letras, cujos mestres eram tomados como incapazes. Aponta, ainda, a “[...] incapacidade” dos professores como motivo de desprestígio diante das regiões vizinhas (leia-se Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Conclui o próprio presidente: “Não é, por certo, com meios tão fracos que a intelligencia reconhecida de sua mocidade podera ter o devido desenvolvimento, e ser útil a si, e a seu paiz” (ESPÍRITO SANTO, 1850, p. 15).

Alguns presidentes provinciais criticavam a falta de organicidade da inspeção escolar, tida como mais um obstáculo no desenvolvimento da instrução pública na província: “Sem um director que inspeccione ativamente os professores e os impila ao cumprimento dos seus deveres, acham-se elles entregues a si mesmos, e só fazem o que querem” (ESPÍRITO SANTO, 1855, p. 21). Em 1859, registram-se queixas em relação à falta de um regimento interno nas escolas, o que dificultaria uma inspeção rigorosa desejada naquele momento (ESPÍRITO SANTO, 1959).

Ao final da década de 1850, o “Regulamento das escolas de primeiras letras da província do Espírito Santo”, de 20 de fevereiro de 1848, assinado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz,<sup>4</sup> estabelecia:

Art. 21 Haverá na capital da provincia um director das escólas ao qual compete:

1º Inspeccional-as por si, e por intermedio dos inspectores locais.

2º Resolver sobre as infrações de leis e regulamentos, e em geral sobre todo o genero de abusos, que se cometão no ensino publico ou particular, propondo ao governo as providencias, que para sua repressão julgar adequadas.

3º Promover a uniformidade do systema de ensino, que se deve adaptar nas escolas, tendo em vista o artigo 32.<sup>5</sup>

4º regular o regimen interno das mesmas, estabelecendo as horas de ensino, e designando os compendios, e livros, que n’ellas devam ser adotados, accomodando-os, á conveniencia da instrucção, á economia e necessidades das localidades.

5º Entregar todos os annos ao presidente da provincia, um mez antes da assembléa provincial, um relatório circunstanciado do estado da instrucção á seu cargo, acompanhando-o um mapa estatistico.

6º Servir de centro de toda a correspondencia entre o governo, e os inspectores das escolas, e professores publicos.

Para fazer cumprir o regulamento, previa-se que o director das escolas pudesse requisitar “[...] algum dos amanuenses da secretaria do governo, que o secretario designar, ou algum dos empregados da assembléa provincial no intervallo das sessões”. Note-se que o texto fala em algum, não em alguns funcionários, o que sugere economia de meios para o cumprimento de objetivos nada fáceis de serem atingidos. Mais adiante, o art. 26 imprime ao texto ainda mais realismo:

Art. 26 Logo que as circunstancias do cofre provincial permitão, poder-se-á marcar ao director das escolas uma gratificação que não excederá seis centos mil reis annualmente, ficando então obrigado a visitar em cada anno todas as escolas pela forma e maneira, que lhe for marcado pelo presidente da província.

Como as “circunstâncias do cofre” não foram das melhores durante as décadas de 1850 e 1860 ao que tudo indica – exceto pelas arguições do imperador durante a visita às escolas capixabas – a possibilidade de inspeções (internas ou externas) devia ser mesmo remota, quando não descartada.

As diretrizes para o ensino foram alteradas posteriormente, pelo “Regulamento da Instrução Pública”, de 1862. Os títulos dos dois documentos indicam algum movimento: em 1848, o foco eram as escolas de primeiras letras. Em 1862, as diretrizes abrangem a instrução pública em geral, tratando, inclusive, das escolas secundárias (ESPÍRITO SANTO, 1862).

No interstício entre os dois regulamentos, ocasião em que Pedro II visitou o Espírito Santo, considerando os poucos recursos provinciais, as limitadas prescrições para o ensino, a falta de pessoas habilitadas, a ausência de uma escola normal e a dureza da vida local expressa em relatos da época, indagamos: que escolas o imperador esperava encontrar?

---

<sup>4</sup> Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1818-1886) foi deputado-geral, conselheiro de Estado e senador do Império.

<sup>5</sup> “Art. 32 O método do ensino da instrucção primaria nas escolas publicas, é em geral o simultâneo, mas poder-se-hão adoptar outros, que forem mais adequados, conforme os logares, suas necessidades e recursos” (ESPÍRITO SANTO, 1848).

As fontes consultadas não fornecem indícios de que os estabelecimentos escolares capixabas estivessem minimamente preparados para a visita do imperador Pedro II, embora se possa acreditar que os professores e alunos sabatinados, apesar do desconforto da situação, tenham ensaiado o seu melhor desempenho. Na análise aqui proposta, porém, não nos interessam generalizações derivadas da visão desencantada de Pedro II ou de autoridades provinciais. Pelo contrário, buscamos capturar nas fendas dos seus discursos sobre a instrução pública, elementos da escolarização na província capixaba, para além do déficit e das ausências ali enfatizadas.

Perguntamos também: uma vez constatados os “problemas” da instrução pública, o que se fez para mudar a situação? Afinal, se o mestre-escola frustrado Pedro d’Alcântara se mostrava sempre disposto a avaliar professores e alunos, o imperador Pedro II parecia menos severo quando se tratava da avaliação do desempenho do seu governo no campo da educação.<sup>6</sup>

Alguns meses após a visita imperial, em maio de 1860, não se sabe se influenciado pelas críticas de D. Pedro à instrução pública capixaba, o presidente da província anunciou planos e pretensões quanto à organização do ensino:

Dei novo regulamento à instrução pública, organizei a respectiva inspecção expedi regimento ás escolas, tracei-lhes programmas, dei instrucções para a distribuição de compêndios aos meninos pobres: não posso porem ter a gloria de haver effectuado uma reforma completa: é obra não para ser delineada e realisada de uma só vez, mas no correr dos annos e a medida que se forem revelaado os defeitos (ESPÍRITO SANTO, 1860, p. 16).

O fato é que, mais uma vez entregue à paciência de um tempo futuro, toda a expectativa de possíveis avanços para a educação esbarra no estado geral da instrução pública, assim descrito no relatório apresentado no ano seguinte. “É pouco lisongeiro o estado de instrução nesta província, sendo a principal causa a falta de pessoal habilitado para o professorado; o que não se conseguirá enquanto essa carreira não for cercada de vantagens, para que são diminutos os recursos da província” (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 7).

Como veremos a seguir, esses mesmos professores que atuavam em escolas capixabas no início da segunda metade do século XIX, descritos nos discursos oficiais ora como vilões ora como potenciais salvadores da pátria, juntamente com os alunos, constituíram os alvos preferidos da artilharia imperial. Assim, nas avaliações do desempenho de professores e alunos registradas pelo imperador em seu diário, abrem-se fendas que nos permitem interrogar certas visões idealizadas das escolas que, historicamente, as tomam como abstrações únicas emolduráveis a modelos externos que a negam, em detrimento do que nelas possa vir a acontecer.

### **“Lê pior, multiplica só, divide mal, gramática nada”: notícias de um mestre-escola frustrado e das escolas pelo avesso**

Pedro Leão Velloso<sup>7</sup> presidiu a província capixaba no período compreendido entre 4 de fevereiro de 1859 e 14 de abril de 1860. Existiam no Espírito Santo 21 escolas de primeira classe, instituídas nas cidades, vilas e freguesias mais habitadas, e 19 de segunda classe, situadas em localidades menores (ESPÍRITO SANTO, 1959). Ao longo da sua jornada no Espírito Santo, D. Pedro

---

<sup>6</sup> Carvalho (2007, p. 230, grifo nosso) descreve Pedro II como “[...] um dos soberanos mais ilustrados da época”. Segundo o historiador, o “[...] seu apoio à ciência, às letras, à educação e à técnica foi um exemplo importante num país de 80% de analfabetos. O pouco que se fez no Brasil no século XIX se deve muito a ele”.

<sup>7</sup> Pedro Leão Velloso (1828-1902) foi deputado provincial, geral e senador do Império.

II visitou alguns desses estabelecimentos escolares, localizados nas seguintes vilas: Serra, Santa Cruz Alegre, Linhares, Guarapari, Benevente e Itapemirim.

Imaginem a cena de cada uma dessas visitas: em meados do século XIX, modestos estabelecimentos escolares (como eram quase todos na época) recebem a visita de um imperador tido como estudioso, erudito, a encarnação da ciência. Personificava, igualmente, na imagem que vendia de si mesmo, um mestre-escola frustrado. Tal personagem, imperador do Brasil, senta-se à mesa do professor e, do alto da sua majestade, avalia tanto a habilidade docente como o desempenho discente.

Agora, imaginem a impressão que essas visitas podem ter causado a ambas as partes. De um lado, fragmentos de uma escola cujos sujeitos, sabe-se lá experimentando que sensações, mas certamente expostos à tensão do momento inusitado, respondiam às arguições professorais sob o olhar imperial. Do outro, o monarca, cujo olhar estrangeiro, acostumado a observar o Colégio Pedro II, parecia mover-se pela idealização, fixando-se em tudo aquilo que faltava à província, às escolas, aos professores, à instrução pública. Naturalmente, nada o satisfazia. E como poderia?

Não nos esqueçamos de que, em alusão à frase famosa de Luís XIV, o erudito Pedro II afirmava: “[...] a ciência sou eu” (SCHWARCZ, 1998, p. 131). Mecenaz das artes e da cultura, o soberano frequentava assiduamente o Colégio Pedro II e circulava com desembaraço nos meios intelectuais e artísticos, no Brasil e no exterior. O Colégio Pedro II, por sua vez,

[...] se transformaria na ‘glória’ do nosso ensino, uma espécie de símbolo de civilidade’, de um lado, e de pertencimento a uma elite, do outro.

Com seu uniforme imponente, a lembrar as cores do Brasil [...] o colégio convertia-se aos poucos na forte imagem do imperador, que investia grandemente em sua representação de erudito (SCHWARCZ, 1998, p. 150).

Nas palavras do imperador: “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II” (apud SCHWARCZ, 1998, p. 150). Segundo a autora,

[...] se a frase é claramente de efeito, na boca de quem jamais abdicou do poder moderador, revela, no mínimo, a relação estreita que uniu d. Pedro II a esse colégio, o único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época. **Com efeito, a instrução pública era insuficiente:** as escolas, poucas, estavam quase todas centralizadas na corte. O monarca, porém, **parecia desconhecer essa realidade** e concentrar-se, sobretudo, no ‘seu colégio’, como costumava dizer, onde assistia a provas, selecionava professores e conferia médias (SCHWARCZ, 1998, p. 151, grifo nosso).

Nas escolas capixabas, que obviamente em nada se assemelhavam ao referido Colégio, suas anotações meticulosas registravam a ausência de professores bem preparados, a baixa frequência dos alunos às aulas e a falta de estrutura e de condições para que o ensino se desenvolvesse. Dessa forma, produziam-se déficits inescapáveis pela via da comparação com outras situações completamente distanciadas da vida local.

Com base no reconhecido interesse do imperador pelos assuntos da ciência, da educação, da cultura e das artes, Achiamé (2008, p. 25-26) acredita que em vários momentos



[...] o Diário nos revela o ‘professor’ Pedro de Alcântara, mestre-escola frustrado, e que sempre se preocupa com o nível e qualidade do ensino ministrado nas escolas do império, mesmo sabendo no íntimo que pouco podia fazer para reverter tal quadro numa sociedade escravocrata. Esse ‘professor’ Pedro de Alcântara, sempre com uma postura cética, nos revela um outro lado do imperador, desvestido dos seus ares majestáticos. O que se entrevê também é a pobreza do povo, quase todo analfabeto, realidade que ele não se furta a registrar no seu Diário.

Mestre-escola frustrado ou não, o imperador, cuja imagem está sempre associada ao interesse pela educação, fixou-se nas mazelas escolares cuidadosamente notadas em seus detalhes pedagógicos e burocráticos. Com relação à instrução pública, os sujeitos acham-se claramente identificados: professores e alunos não têm o desempenho por ele esperado. Por outro lado, na medida em que entendemos a educação não apenas pela via de parâmetros burocráticos e científicos, mas também como prática social intimamente articulada às questões sociais, econômicas, políticas e culturais do seu tempo, no texto e no *hors-texte* do diário imperial, vemos abrirem-se, a contrapelo, espaços em branco necessários à compreensão da escolarização capixaba no período estudado.

As críticas de D. Pedro II partiam da observação imediata das escolas que visitou e daquilo que nelas encontrava. Boa parte dos registros reduz a escolarização na província do Espírito Santo aos déficits escolares, na medida em que os seus apontamentos, restritos às paredes das salas de aula, focalizam as habilidades docentes, o desenvolvimento dos alunos em questões específicas de leitura, gramática, operações matemáticas e rezas. A questão é: quais eram as ausências produzidas pelo discurso do imperador?

Ao visitar escolas capixabas, D. Pedro II avaliava de modo professoral os sujeitos que nelas atuavam, suas posturas, seus comportamentos, seus conhecimentos. Não é raro encontrarmos em seus registros conclusões expressas em tom de desaprovação aos professores. Reclamava, por exemplo, da caligrafia observada nos livros/cadernos de matrícula. Para tanto, utilizava expressões como: “Letra do professor má” ou “[...] letra do professor é sofrível”. Além disso, os seus escritos ressaltavam a postura dos professores e aquilo que, confrontado pelo olhar imperial lhes faltava: “Professor muito medíocre”, “O professor não presta”, “O professor não presta para nada” (BRASIL, 1860, s/p.).

De acordo com a divisão regulamentada para os estabelecimentos escolares provinciais, nas escolas de primeira classe, deveriam ser ensinados os seguintes conteúdos: leitura e escrita; noções preliminares de gramática, princípios elementares de aritmética (até sistema de pesos, medidas e proporções). Nas de segunda classe, eram ensinados os mesmos conteúdos, eliminando-se a geometria e reduzindo-se a aritmética aos elementos mais básicos das quatro operações (ESPÍRITO SANTO, 1859; ROCHA, 1980).

Em suas observações acerca das atividades escolares, D. Pedro enfatizava a caligrafia de alunos e de professores, conhecimentos docentes e discentes e até mesmo o domínio das orações religiosas. Alguns comentários soam intrigantes: o que significa ler “quase que bem” ou “menos mal”? Comparado com o que ou com quem? E não estar “bem certo” revela o quê? A gramática parece ser mesmo um desafio: na percepção do imperador, “nada” acontece. Na linguagem do regulamento de ensino bastam “noções preliminares”. E como foi possível concluir que “[...] o substituto da escola parece saber mais do que o professor”? Será que os

dois estavam lá ao mesmo tempo? As perguntas são nossas. Pedro II apenas observou e tomou notas.

2º lê quase que bem; decora gramática, não está bem certo. Há um ano. Só sabem as rezas alguns e assim mesmo mal. Letra sofrível e a melhor é do 1º Miguel Barbosa Leão.

1º lê menos mal; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos.

2º lê pior; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos. Letra má. Sabem rezar e mal.

1º lê mal, nada de gramática, não pode dividir. Há 4 para 5 anos.

2º lê pior; diminui somente; gramática nada. Há 6 para 7 anos. O substituto da escola parece saber mais do que o professor.

Não é boa a letra dos meninos.

1º lê menos mal; nada de gramática; divide mal e não sabe a prova real de divisão. Há 4 anos; mas tem faltado muito.

2º lê pior; multiplica só. Há 2 anos. Sabem apenas as rezas, porém mal.

Letra dos meninos sofrível.

1º lê sofrível, principia gramática. Divide sofrível sabe a prova real.

2º lê algum tanto melhor, nada de gramática. Divide melhor. Sabe a prova real.

Sabem as rezas sem a menor explicação que não tem dado o professor (BRASIL, 1860, s/p.).

O seu olhar atentava aos detalhes do trabalho docente e da aprendizagem dos alunos, desde a burocracia até as condições das casas onde as escolas funcionavam. Escrevia sempre algo sobre os livros de registros das matrículas ou a ausência deles; sobre a caligrafia dos professores; sobre a quantidade de alunos matriculados e a frequência discente. Segundo nos informam os escritos de D. Pedro II, pouco mais de cinquenta por cento dos matriculados frequentavam a escola. Esses dados expõem a sua preocupação com aspectos burocráticos e, por vezes, com a necessidade de controle. No relatório de Pedro Leão Velloso, a baixa frequência dos alunos também é registrada: “Durante o ano passado forão essas aulas frequentadas por 938 alumnos: sendo a população da província de 50,000 almas, ve-se que a frequencia das aulas, foi de 1 por 32 habitantes” (ESPÍRITO SANTO, 1959, p. 50).

Quando cruzados com os regulamentos por meio dos quais se buscava estabelecer diretrizes mínimas para a instrução do povo, e os relatórios de presidentes locais, cujos discursos a favor da educação esbarravam em condições precárias que desautorizavam investimentos na educação ou em qualquer outro setor da vida pública, os apontamentos de D. Pedro não chegam a ser surpreendentes. Sabemos que os professores eram mal remunerados, que não havia infraestrutura suficiente e nem condições para investimento na formação dos professores e em sua qualificação. Logo, o que funcionava na instrução pública revelava antes de tudo a tenacidade dos sujeitos nela envolvidos, pois, nas condições descritas nos relatórios de governo, pode-se interrogar que passe de mágica tornaria possível o exercício do magistério com grande qualidade e eficiência, já que não havia salário digno, escolas com condições básicas e, menos ainda, formação.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> No Espírito Santo, a consolidação da Escola Normal aconteceu em 1892 (SIMÕES, SCHWARTZ, FRANCO, 2008).

Com isso tudo em mente, nossas indagações perscrutam os espaços em branco do diário de D. Pedro II. Rocha (1980), ao comentar as notas publicadas no *Jornal do Comércio*, diz que o imperador teria visto a instrução pública na província como atrasadíssima e não ficara satisfeito com ela. E o que havia de novo nisso? Queixas de pais, professores, alunos e autoridades, muitas delas registradas nas fontes consultadas, autorizam-nos a concluir que o descontentamento com o ensino público não era privilégio de um monarca com ares de mestre-escola. Para além das críticas de Pedro II, habitam o texto imperial questões de toda ordem (econômicas, políticas, sociais e culturais) que, se não desautorizam a desaprovação imperial aos caminhos percorridos pela escolarização no Espírito Santo, no mínimo, tornam inócuo o tom professoral de desapontamento do monarca.

### **Des(continuações) da história...**

Em nossas análises, evidenciamos: o flagrante descompasso entre as demandas com relação ao magistério; as críticas aos professores e aos alunos de escolas capixabas expressas tanto no diário imperial; discursos de sujeitos locais sobre a educação; e as condições objetivas oferecidas ao exercício do trabalho docente.

Provocadas pelo distanciamento do olhar imperial, segundo o qual a escolarização na província do Espírito Santo se reduzia ao déficit absoluto, interessou-nos problematizar, por meio das fontes analisadas, as complexas condições do exercício do magistério na província do Espírito Santo, buscando garimpar, a contrapelo, nas ausências cristalizadas pelos discursos sobre a escolarização e o magistério capixabas, os incontáveis desafios do processo constitutivo da escolarização e da docência no tempo.

Interessou-nos, portanto, farejar, na história da educação capixaba, marcas de professores e alunos que não se podem anular ou explicar simplesmente pelo déficit. Sujeitos que produziram aprendizagens, que produziram escolas cuja existência, ainda que pelo avesso, se inscreve no diário imperial. Estranha, mas reveladora inscrição: em meio aos arremedos da vida da corte e dos retoques superficiais a que fora submetida a vida provincial para agradar ao imperador, exatamente a instrução pública, talvez o grande luxo da “acanhada” província do Espírito Santo, conseguiu apenas desapontá-lo.

Por fim, passados 150 anos, os apontamentos de Pedro II, amplificados pelo círculo vicioso de déficits que se (re)produzem historicamente em justificações mútuas, fazem-nos indagar: afinal, a educação estava nua? Ou seria o rei?

### **Referências**

#### **Documentação primária**

ESPÍRITO SANTO. Regulamento da instrução publica. 1962.

ESPÍRITO SANTO. Regulamento das escolas de primeiras letras da província do Espírito Santo. Regulamento da Lei nº 6, de 4-5-1848.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO. Relatório com que exm. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio do corrente ano. Victoria Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1855.

ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o exm. sr. Felipe José Pereira Leal, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de julho do corrente anno. Victoria Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1850.

ESPÍRITO SANTO. Relatório de Francisco Almeida Monjardim. 7 de março de 1849.

ESPÍRITO SANTO. Relatório do presidente da provincia do Espírito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO. Relatório que o exm. presidente da provincia do Espírito Santo, o bacharel José Bonifacio Nascentes d'Azambuja, dirigiu a Assembléa Legislativa da mesma provincia na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1852.

ESPIRITO SANTO. Relatório que o exm. sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa provincial no dia 24 de maio de 1860; acompanhado do officio com que o mesmo exm. sr. passou a administração da província ao exm. sr. dr. Antonio Alves de Sousa Carvalho. Victoria Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1860.

JORNAL. **Correio da vitória.** 22 out.

### **Obras de apoio**

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o officio do historiador.** São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlos. **Relações de força.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Brasília: INEP, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da escola normal no Espírito Santo. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria G. Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil**: do império à República. Campinas: Editora Alínea, 2008.

---

Recebido em: 01/11/2013

Aprovado em: 16/01/2014